

## Anexo I



### Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos

Conforme a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º Código dos Contratos Públicos

1 – Pedro Miguel Barão Sabino, natural de Santiago do Cacém Concelho de Santiago do Cacém, solteiro, maior de idade, portador do cartão de cidadão n. 120 136 10, válido até 04/01/2029, contribuinte n.230 310 664, com residência na Rua da Nortada, Lote 114, Lagoa de Santo André, 7500-016, Vila Nova de Santo André e Miguel Ângelo de Jesus Matias, natural do Barreiro Concelho de Barreiro, solteiro, maior de idade, portador do cartão de cidadão n. 121 798 04, válido até 20-09-2021, contribuinte n. 238 778 827, residente na Rua da Vaga do Mar, N.94, R/C Esq, 7500-016, Vila Nova de Santo André, na qualidade de representantes legais de PLANO CONCEPTUAL, LDA número de identificação fiscal 515468258 e sede em Rua da Nortada, Lote 114, Lagoa de Santo André Distrito: Setúbal Concelho: Santiago do Cacém Freguesia: Santo André 7500 016 VILA NOVA DE SANTO ANDRÉ, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE EMPREITADAS - PROCESSO N.º 2019/300.10.005/660”**, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo.

a) Proposta de Execução

3 – Declara ainda que renuncia o foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória

de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lagoa de Santo André, 4 de Junho de 2019

  
Pedro Miguel Barão Sabino

  
Miguel Ângelo de Jesus Matias